

DOI: <http://dx.doi.org/10.20396/sss.v16i1.8651478>

CONDIÇÕES DE VIDA E SAÚDE MENTAL EM CONTEXTOS RURAIS

LIFE CONDITIONS AND MENTAL HEALTH IN RURAL AREAS

Magda Dimenstein¹

Jader Leite²

João Paulo Macedo³

Candida Dantas⁴



Organizadores: Magda Dimenstein, Jader Leite, João Paulo Macedo e Candida Dantas

Título: Condição de vida e Saúde Mental em contextos rurais.

Editora: Intermeios

Lugar de edição: São Paulo

Número de páginas: 428

Ano: 2016

ISBN: 978-85-8499-053-5

Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFRN. E-mail:

mgdimenstein@gmail.com

² Professor Adjunto, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFRN. E-mail: jaderfleite@gmail.com

³ Professor Adjunto, vinculado aos Programas de Pós-Graduação em Psicologia e em Políticas Públicas da UFPI. E-mail: jampamacedo@gmail.com

⁴ Professora Adjunto, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFRN. E-mail: candida.dantas@gmail.com

Serv. Soc. & Saúde, Campinas, SP v. 16, n. 1 (23), p. 151-158, jan./jun. 2017 E-ISSN 2446-5992

No cenário acadêmico há uma enorme escassez de investigações voltadas ao estudo das condições de vida e saúde mental das populações rurais. A maior parte dos estudos que tomam essas populações como foco se limita à discussão acerca da produtividade, sustentabilidade, agricultura familiar, violência no campo, conflitos agrários e fundiários. Em relação à saúde do trabalhador rural predominam pesquisas voltadas às morbidades associadas à aplicação múltipla e intermitente de agrotóxicos, dentre as quais estão as psiquiátricas e as tentativas de suicídio, bem como decorrentes da alteração tecnológica no campo e acidentes resultantes do processo de trabalho. Quando se trata de moradores de assentamentos de reforma agrária a desinformação é ainda mais evidente. Entretanto, esse grupo populacional apresenta vulnerabilidade considerável na medida em que tem uma trajetória de vida marcada pela precária condição de reprodução social e grande dificuldade de acesso às políticas e programas de saúde, educação, segurança, transporte, habitação, organização da produção, a despeito das ações governamentais desenvolvidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para dar sustentação ao desenvolvimento dos assentamentos.

Sabe-se também que as condições de vulnerabilidade relativas à pobreza e miséria se agravam quando se trata de espaços rurais. Indicadores socioeconômicos revelam que o campo ainda apresenta dados preocupantes: considerável índice de não alfabetizados, de insegurança alimentar e de mortalidade infantil para os padrões atuais; dificuldade no acesso aos serviços públicos e assistência técnica; precariedade das condições de trabalho e maior dependência dos programas de transferência de renda. A falta de estradas, de transporte adequado, de meios de comunicação, poucos recursos hídricos, existência de riscos ambientais tais como destinação inadequada do lixo, uso inadequado de agrotóxicos, realização de queimadas como forma de preparação do solo para plantio, além das áreas castigadas pela seca, são situações que dificultam ainda mais a realidade dos assentamentos rurais.

Apesar da melhoria dos indicadores sociais do país nas duas últimas décadas, especialmente nas zonas rurais, ainda se observam nesses espaços a manutenção da migração

Serv. Soc. & Saúde, Campinas, SP v. 16, n. 1 (23), p. 151-158, jan./jun. 2017 E-ISSN 2446-5992

rural-urbana em função das dificuldades de sobrevivência no campo, o desenvolvimento de atividades ocupacionais complementares ao trabalho agrícola e aumento da dependência dos programas sociais e de transferência de renda, especialmente pelos extremamente pobres. Ademais, registra-se avanço insuficiente quanto ao acesso à infraestrutura e às políticas públicas de saúde e educação. Sendo que é sobre as populações mais vulneráveis que recai a maior parte dos efeitos da falta de infraestrutura básica e dos problemas típicos da falta de desenvolvimento social.

A Organização Mundial de Saúde (WHO, 2010) destaca a relação entre situações de vulnerabilidade e problemas de saúde mental. Tem sido verificada forte associação dos transtornos mentais com eventos vitais produtores de estresse como a falta de apoio social, tempo para o lazer e com variáveis relativas ao gênero, perspectivas de futuro, condições de vida e trabalho tais como: pouca escolaridade, menor número de bens duráveis, condições precárias de moradia, baixa renda, desemprego e informalidade nas relações de trabalho. Os transtornos mentais em geral causam considerável impacto em termos de morbidade, prejuízos na funcionalidade e capacidade produtiva, interferindo na qualidade de vida das pessoas. Além disso, têm efeitos intergeracionais que perpetuam o ciclo de pobreza, o isolamento e a falta de mobilidade social, particularmente nas famílias rurais.

Como complicador desse quadro, os problemas de saúde mental comumente não encontram respostas e soluções nos sistemas nacionais de saúde em nível mundial. Em termos do Sistema Único de Saúde (SUS), populações rurais enfrentam problemas de acesso aos equipamentos de saúde, não têm cobertura satisfatória do Programa de Agentes Comunitários de Saúde/PACS, da Estratégia de Saúde da Família (ESF) e Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF). No que tange à Política Nacional de Saúde Mental, não há uma diretriz estabelecida de atenção e cuidado à população rural, apesar de constituir um coletivo cujas especificidades geram demandas particulares associadas às condições de vida e trabalho, e conseqüentemente, de atendimento especializado nos casos de transtornos mentais e dependência química. Mesmo na mais recente política pública voltada à saúde integral das populações do campo e da floresta, não há qualquer referência à saúde mental, seja para indicar as particularidades territoriais, sociais e culturais que marcam os modos de vida dessas populações, e conseqüentemente as necessidades de saúde, os modos de adoecer e de cuidado, seja para nortear o planejamento e ordenamento das redes de atenção, assim como a oferta de ações e serviços de caráter psicossocial.

Em função de todos esses aspectos e na tentativa de contribuir para a ampliação do acesso aos cuidados primários em saúde para as populações moradoras no campo e atender às necessidades de atenção à saúde destas populações, os pesquisadores que compõem o grupo de pesquisa “Modos de Subjetivação, Políticas Públicas e Contextos de Vulnerabilidades” da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e em parceria com a Universidade Federal do Piauí, têm se dedicado à investigação e produção bibliográfica divulgada em nível nacional e internacional sobre problemáticas referentes às populações rurais.

No bojo desse trabalho desenvolveram a pesquisa “Condições de vida e saúde mental em assentamentos rurais no nordeste brasileiro: diagnóstico, estratégias de cuidado e suporte na rede de atenção primária e psicossocial”, com o objetivo de compreender os processos sociais e subjetivos que constituem e caracterizam a vida nos assentamentos rurais e sua relação com o processo saúde-doença-cuidado. A investigação foi realizada junto a moradores de assentamentos rurais nos Estados do Rio Grande do Norte e Piauí, bem como de profissionais vinculados às equipes de referência na saúde (ESF; NASF; CAPS) e assistência social (CRAS e CREAS) para esses assentamentos. Contou com financiamento do CNPq por meio do edital Universal 2012, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí/FAPEPI, por meio do edital do Programa Primeiros Projetos de 2012, e das Pró-Reitorias de Pesquisa da UFRN e da UFPI com cotas de Iniciação Científica e Extensão.

Nessa direção, o livro “Condições de vida e saúde mental em contextos rurais” foi organizado de forma a apresentar as bases conceituais, as estratégias metodológicas, os resultados da inserção no campo, bem como os desafios da pesquisa social junto às populações vulneráveis, especialmente rurais. Ademais, foram convidados outros investigadores do Brasil e Portugal, de diversas áreas do conhecimento e com expressiva experiência em ensino, pesquisa e intervenção, que vêm desenvolvendo trabalhos cujo núcleo de preocupação está na produção de conhecimentos e práticas comprometidos ético-politicamente com a equidade social e em saúde e com a garantia dos direitos humanos. Esta estratégia objetivou oferecer ao leitor uma outra experiência de discussão e análise de certos fenômenos sociais como é o caso da saúde mental e da produção do cuidado psicossocial em contextos rurais.

O livro foi organizado em torno de sete eixos de discussão. Cada um deles congrega um capítulo de um pesquisador convidado e outro com os resultados da investigação no

intuito de fazer dialogar conceitos e práticas, academia e a vida cotidiana, profissionais e usuários, universidade e as políticas públicas, resultando num salto qualitativo não apenas no cenário acadêmico *stricto sensu*, mas especialmente no âmbito das Políticas Públicas tais como o SUS, o SUAS e a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (PNSIPCF), bem como das populações moradoras do campo.

O Eixo 1 versa sobre a Reforma Agrária e Condições de Vida em Assentamentos Rurais. Apresenta o cenário da reforma agrária brasileira, destacando os efeitos desse processo nas condições de vida nos assentamentos rurais, na emergência de novos perfis no campo, bem como as perspectivas de tal política na atualidade do país. Tem a participação dos professores Bernardo Mançano Fernandes da Universidade Estadual Paulista/Unesp e Sérgio Sauer da Universidade de Brasília/UNB.

O Eixo 2, intitulado Determinação Social da Saúde e da Vida, tem como proposta trazer os principais norteadores conceituais acerca da determinação social da saúde e da vida, bem como os de iniquidades, desigualdade social e vulnerabilidades que estão associados aos diferentes territórios e situações de saúde das populações urbanas e rurais. Conta com a colaboração dos pesquisadores Adriana Loureiro, Claudia Costa e Paula Santana, do Departamento de Geografia da Saúde da Universidade de Coimbra/Portugal, bem como capítulo produzido pelo grupo de pesquisa da UFRN/UFPI articulando tal base conceitual ao cenário dos assentamentos rurais.

O Eixo 3 trata da Pesquisa em Contextos Rurais. O intuito foi apresentar os desafios metodológicos postos às ciências humanas e da saúde em relação ao desenvolvimento de investigações em contextos rurais e junto às populações vulneráveis, bem como seus efeitos nas políticas e programas de saúde. Contou com a participação das pesquisadoras Maria Lúcia Magalhães Bosi e Iara Coelho Zito Guerriero, do Departamento de Saúde Coletiva da Universidade Federal do Ceará/UFC. Além disso, nesse eixo consta o capítulo referente ao delineamento metodológico da pesquisa “Condições de vida e saúde mental em assentamentos rurais no nordeste brasileiro”, os principais achados e os desafios enfrentados no desenvolvimento da investigação.

Processos de Subjetivação em Contextos de Pobreza é o tema do Eixo 4. A proposta desse eixo foi trazer as contribuições das ciências humanas à compreensão dos processos de subjetivação produzidos em cenários de pobreza e vulnerabilidade psicossocial e sua articulação com o processo saúde/doença/cuidado. Para tanto, contou com a participação das Serv. Soc. & Saúde, Campinas, SP v. 16, n. 1 (23), p. 151-158, jan./jun. 2017 E-ISSN 2446-5992

pesquisadoras Verônica Ximenes da Universidade Federal do Ceará/UFC e Carla Evelline de Sousa Camurça da FANOR para ajudar no diálogo e formulação de uma escuta mais sensível em relação aos casos-problemas que o grupo de pesquisa apresenta como capítulo, referente às situações de comorbidade de transtornos mentais comuns/TMC e uso problemático de álcool detectadas nos assentamentos do Rio Grande do Norte e Piauí.

O Eixo 5 está ancorado em torno do tema Saúde Mental, Gênero e Vida no Campo. A proposta do eixo foi discutir a interface entre a produção do sofrimento psíquico, condições de vida e a dimensão de gênero, levando em conta as heterogeneidades que se produzem nos contextos urbanos e rurais. Para tanto, conta com a participação da professora Valeska Zanello da Universidade de Brasília/UNB, cujo capítulo é interlocutor da discussão sobre os resultados do rastreamento de TMC entre homens e mulheres participantes da investigação e os diversos níveis de determinação associados.

No Eixo 6 o leitor vai encontrar análise sobre os Fatores Associados ao Uso de Álcool em Assentamentos Rurais. Tem como interlocutor o capítulo dos pesquisadores Telmo Mota Ronzani, Pedro Henrique Antunes da Costa e Fernando Santana de Paiva da Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF e cujo intuito é apresentar o cenário das pesquisas sobre padrão de uso de álcool no país, bem como seus determinantes, efeitos à saúde e consequências psicossociais, dando destaque às particularidades presentes entre populações urbanas e rurais. Nesse sentido, são apresentados os resultados referentes ao padrão de uso de álcool detectado entre os moradores, destacando especificidades regionais do Rio Grande do Norte e Piauí, bem como sua articulação com as condições de vida e vulnerabilidades psicossociais e ambientais.

Por fim, no Eixo 7, tratou sobre o Ordenamento da Oferta de Cuidados Psicossociais no Meio Rural. Discutiu-se a organização e oferta de cuidados à saúde mental no meio rural, analisando o modo como a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) tem dialogado com as diretrizes da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta do SUS. Para tanto conta com a contribuição dos pesquisadores Ana Elídia Torres e Silvio Yasui da Universidade Estadual Paulista/Unesp, com capítulo que dialoga com os resultados referentes às necessidades de saúde mental detectadas nos assentamentos rurais do Rio Grande do Norte e Piauí, à oferta de cuidados e aos desafios enfrentados à produção do cuidado territorial pelas equipes da ESF, no âmbito da Atenção Primária. Esse eixo também

contempla a discussão relativa ao campo da Assistência Social, com a participação dos pesquisadores Lúcia dos Santos Rosa e Cristóvão Colombo Belfort da Universidade Federal do Piauí/UFPI para situar de que modo o SUAS e SUS têm respondido às demandas atuais das populações rurais no sentido da produção de cuidado psicossocial. Essa discussão foi alimentada pelos resultados da nossa investigação quanto às práticas dos profissionais inseridos no SUAS nos diversos municípios investigados quanto aos problemas de saúde mental da população assentada.

Essa obra buscou ensaiar uma problematização acerca das implicações para o campo da Psicologia quando se trata de intervir em cenários rurais, bem como em relação às contribuições efetivas que esse campo de saber pode aportar que levem em conta as particularidades dos territórios, os modos de vida e suas marcas culturais. As questões discutidas e os resultados da pesquisa apresentados nos sete eixos do livro revelam um cenário preocupante e desafiador para as profissões em saúde envolvidas com a Atenção primária e Psicossocial, mas em particular à Psicologia, em termos da formação profissional e do seu arsenal teórico-metodológico para intervenção em contextos rurais.

Diante disso, esta obra pretende contribuir para a formação de profissionais dotados de maior capacidade técnica e ético-política para acolher e interferir sobre os problemas desses contextos de forma participativa, interventiva e emancipatória. Isso demanda habilidades para reconhecer os processos psicossociais mobilizados pelas condições de vida, para intervir nos modos de existência e campos de sentidos de forma singularizada, para coordenar ações intersetoriais no território, saber valorizar a heterogeneidade espacial, social e simbólica que permeia esses cenários, diversidade essa que fomenta processos de subjetivação e sociabilidades que escapam ao regime da universalidade, da uniformidade e massificação tal como somos levados a operar e, conseqüentemente, a reproduzir a lógica que produz patologização do cotidiano, medicalização da vida e colonialismo dos saberes. O deslocamento do *ethos* tradicional do psicólogo para intervir nesses contextos é, não só urgente, mas imprescindível para romper com a nossa desresponsabilização histórica frente às populações rurais. Convidamos a todos a fazer uma imersão no contexto dos assentamentos rurais e desfrutar dessa obra que tem como intencionalidade a alteração de condições de existência iníquas e contribuir para dar vida e concretude ao desejado Estado de Bem-Estar Social.

REFERÊNCIA

WHO (2010). **Mental health and development**: targeting people with mental health conditions as a vulnerable group. Geneva, Switzerland: WHO Press.

Recebida em 22.02.2017 – Aprovada em 28.06.2017